



Anais da Assembleia

Nº 46

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 1976

ANO II

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA 66.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1976.

Presidência do Senhor Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Senhores Deputados Waldenício Barbalho e Leopoldo Jacomel.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoatto, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Aragão de Mattos Leão, Domício Scaramella, Ivan Rüppel, Nilso Sguarezi e Antônio Facci. (7)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 39/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 66/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Cruzeiro do Oeste, objetivando execução de reparos no prédio destinado às instalações da sede do 7.º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Resolução n.º 39/76

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 17 de dezembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, com o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando a execução de reparos no prédio destinado às instalações da sede do 7.º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, na sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

(aa) - Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator.

Comissão de Constituição e Justiça

Proposição n.º 66/76

PARECER

Acompanhado da Mensagem Governamental n.º 8/76, de 22 de janeiro de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 17 de dezembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, com o município de Cruzeiro do Oeste, objetivando a execução de reparos no prédio destinado às instalações da sede do 7.º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, da sede do referido município.

Cumprido o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os Convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

(aa) - Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 40/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 72/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Matelândia, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Euclides da Cunha, Grupo Escolar D. Pedro II, Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. Aprovado.

Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Resolução n.º 40/76.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Matelândia, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual "Euclides da Cunha", o Grupo Escolar "D. Pedro II", a Delegacia de Polícia e a Cadeia Pública da sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de março de 1976.

(aa) - Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

Comissão de Constituição e Justiça

Parecer à Proposição n.º 72/76

Acompanhado da Mensagem Governamental 14/76, de 23 de janeiro de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 10 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Matelândia, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual "Euclides da Cunha", o Grupo Escolar "D. Pedro II", a Delegacia de Polícia e a Cadeia Pública da sede do referido município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem por intermédio do presente expor e requerer o seguinte:

A cidade de Paranavaí, em face de sua privilegiada posição de cidade centro de excepcional região, transformou-se, em poucos anos, numa das maiores cidades do Estado do Paraná.

A SANEPAR sabe disso. Tanto é verdade que o serviço de abastecimento de água, construído e inaugurado pelo Governo Municipal e, em seguida, transferido para o seu patrimônio, atende atualmente 7.000 (sete mil) ligações, sendo Paranavaí, superada apenas pelas cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina e Maringá.

Ocupando, pois o 5.º lugar no Estado, no que diz respeito ao número de usuários da SANEPAR, Paranavaí, que é, sem favor, uma verdadeira expressão de urbanismo do noroeste do Estado, com amplas e bem traçadas avenidas, cobertas por mais de quinhentos mil metros quadrados de asfalto, está a exigir maior atenção do Poder Público Estadual.

Assim sendo, requeiro, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, Cláudio Hercílio Oliveira Araújo, a fim de que sejam tomadas as necessárias e urgentes providências no sentido de ser ampliada a rede de abastecimento de água da cidade, objetivando dar atendimento às centenas de pedidos de ligações dos futuros usuários da SANEPAR.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1976.

(a) ~~Qaldenfeio~~ Barbalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que ouvido o Plenário, com o devido respeito que merece S. Exa. o Senhor Governador do Estado, Doutor Jayme Canet Júnior, e tendo em vista que, segundo consta na sua agenda de viagens ao interior, está programada a visita a São João do Triunfo, lhe seja enviado apelo no sentido de que, nessa oportunidade, o faça, para chegar ao citado município, através a estrada Palmeira - São João do Triunfo, quando poderá constatar o total abandono dessa rodovia e que então está sendo mal informado pelo Senhor Secretário dos Transportes.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1976.

(a) Lineu Turra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de que determine seja efetuada uma "operação concentrada" em Santa Felicidade, reparando, consertando e abrindo valetas e ruas localizadas na zona do lado esquerdo da Av. Manoel Ribas, e que se acham entre as Ruas Domingos Strapasson (localizada ao lado do Cemitério de Santa Felicidade) e João Volpi, devendo esta operação, atingir todas as ruas paralelas e transversais à Av. Manoel Ribas em seu lado esquerdo e localizadas entre as mencionadas ruas, até a altura do Jardim Vergínia.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1976.

(a) Alfredo Gulin.

Os moradores daquela região têm constantemente apresentado solicitações no sentido de que seja efetuada essa "operação concentrada" pois as ruas em questão, encontram-se em total abandono, o que as torna intransitáveis, necessitando portanto, de completa reparação e demais conserto necessários a atender o tráfego daquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, respeitosa-mente requer o envio de Telex ao Sr. ALBERTO CURY, DD, Presidente da Confederação Brasileira de Basquetebol, com sede à Avenida Rio Branco, 156, na cidade do Rio de Janeiro, solicitando ao mesmo, a viabilidade de vir a ser efetivada a realização de um Torneio Internacional de Basquetebol, reunindo as seleções da IUGUSLÁVIA, PÓRTO RICO, ESTADOS UNIDOS e BRASIL, a ser levado a efeito em Curitiba, como parte da comemoração do Jubileu de Prata da Federação Paranaense de Basquetebol. O presente torneio deverá realizar-se no período compreendido entre os dias 20, 21 e 22 de maio corrente, ou então, durante os dias 20, 21 e 23 do mesmo mês.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1976.

(a) Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

A Federação Paranaense de Basquetebol, agora sob a Presidência do Dr. José Cândido Muricy, pretende novamente dinamizar o setor do basquetebol em nosso Estado.

Esporte que há não muitos anos passados tinha sua hegemonia ferranamente disputada entre os principais clubes de nossa Capital.

Entretanto, face à falta de melhor atenção no que se refere ao problema de subvenção, aquela modalidade esportiva foi perdendo a motivação e seus principais adeptos e incentivadores viram-se impossibilitados de promover novas realizações.

Como no presente mês dar-se-á a passagem do Jubileu de Prata da Federação Paranaense de Basquetebol, e por coincidência deverão estar presentes no País as delegações da Iugoslávia, Porto Rico e Estados Unidos, achamos por bem sugerir a realização do presente torneio internacional em nossa capital, o que, se por ventura vier a ocorrer, fará com que novamente as atenções dos desportistas do Estado se voltem ao basquetebol provocando em consequência, o refortalecimento da prática deste esporte pela juventude de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Passo às mãos de V. Exa. a relação de nomes que integram a Comissão de Inquérito Parlamentar, para as verbas de Divulgação e Publicidade do Governo:

- 1 - Deni Schwartz
- 2 - Waldenício Barbalho
- 3 - Trajano Bastos

SUPLENTE

- 1 - Adalberto Daros
- 2 - Benedito Lúcio Machado
- 3 - Luiz Carlos Zuk

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1976.

a) OSVALDO MACEDO
Líder do M.D.B.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 53/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

JUSTIFICATIVA:

os quais se situam aqueles a que me referi.

A fé no semelhante não pode ficar abalada com os primeiros resultados.

Eu, por exemplo, não perdi a esperança de que melhores atenções serão prestadas aos nossos presidiários, principalmente os doentes.

Acredito que terei a satisfação de ver, em breve futuro, inaugurado, na Penitenciária Central do Estado, o hospital do encarcerado. É porisso que ainda voltarei ao palpitante assunto.

Muito obrigado, Senhores. ”).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) - Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para que no encaminhamento deste nosso requerimento e para que se por ventura os apartes dos Srs. Deputados que se fazem presentes à nossa reunião sejam atinentes à matéria que iremos discorrer e, principalmente, com conhecimentos e acima de tudo, com participação com relação ao que iremos discorrer, é que, ao iniciarmos a nossa presença nesta tribuna pediríamos que os Srs. Deputados que aqui se encontrem, olhassem de que o ensino paranaense está à beira da falência.

Falo isto, porque o ilustre Sr. Secretário da Educação e da Cultura deste Estado, Dr. Francisco Borsari Netto, fazendo um esforço sobrehumano juntamente com a sua equipe, tende a dar ao Estado do Paraná, um ensino pelo menos condizente à grande fase de progresso e desenvolvimento porquê passa o território paranaense.

Em um editorial sobre o ensino, (lendo): “Há como que uma preocupação quase geral com o problema do ensino no Brasil.

Preocupação com o baixo rendimento alcançado pela grande maioria dos que cursam os nossos estabelecimentos de ensino de diversos graus; preocupação com as deficiências dos programas e currículos elaborados; preocupação enfim, com o despreparo de boa parcela do professorado. Se o mestre não se mostrar capacitado ao exercício de seu ministério, não pode evidentemente, esperar que seus discípulos, dele recolham os conhecimentos de que necessitam.

E como muitos dos alunos de hoje serão os mestres de amanhã, essa deficiência do ensino vai se transmitindo em cadeia às gerações futuras, com graves reflexos na cultura nacional.

O que se passa então com o ensino de Português e Matemática é uma calamidade. A língua Pátria, de que tanto necessitamos nas nossas comunicações diárias, foi relegada a segundo plano, a juventude de hoje, com raras e honrosas exceções, sentem enorme dificuldade em transmitir, falando e principalmente escrevendo, a mais simples mensagem.

O desconhecimento da gramática e até mesmo da ortografia, pela falta de leitura e de redação, resulta numa indiféncia intelectual que compromete não apenas os alunos, mas sobretudo os mestres. No caso particular da matemática, pavor da maioria dos que transitam pelos bancos escolares, impõem-se uma revisão de métodos e currículos.”.

Nós estamos fazendo esta introdução, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para através de um requerimento, mostrarmos ao Governo Estadual e mesmo ao Governo Federal, de que se implantada for a reforma preconizada de âmbito federal, será a decretação da falência das pequenas comunidades paranaenses e brasileiras. Não tem, quase que nenhuma cidade pequena no nosso Paraná, a condição de arcar com as responsabilidades do ensino de primeiro grau.

Pois todos os Srs. Deputados conhecem perfeitamente bem, as dificuldades financeiras com que enfrentam estes pequenos municípios.

Sabemos perfeitamente bem de que, o Governo do Estado, agora recentemente, desencadeando um “rush” no sentido educacional do Paraná, inaugurou nesses meses passados aqui nesta própria Capital, uma grande rede escolar atinente ao primeiro grau de Ensino às nossas crianças.

Também, quando se faz presente o Governo do Estado, no oeste e sudoeste do Paraná, e agora, neste final de semana em Iporã e em outras regiões circunvizinhas, com a presente através da construção de novos estabelecimentos educacionais deste Paraná. Estamos com o nosso requerimento, cumprimentando a atuação do Sr. Governador do Estado, mas também pedindo à sua atenção, à região dos campos gerais, que desde os idos de dois ou três Srs. Governadores passados, não teve até o dia de hoje, a atenção governamental na construção de novos estabelecimentos de Ensino de 1.º Grau, ou quando não especialmente à recuperação parcial de alguns dos seus prédios ali existentes e particularmente à falta total de material didático e material humano para o desenvolvimento do ensino do 1.º Grau.

Nós que acompanhamos, juntamente com o ilustre Deputado David Federmann, a Inspeção Regional de Ensino da região dos campos gerais, vemos a dificuldade que enfrenta aquela inspeção, falta total reparo governamental, falta de material humano, falta de material didático, enfim, uma falta de apoio da Secretaria de Educação e Cultura deste Estado, que dá a outros quadrantes do Paraná um pouco da sua atenção administrativa. Porque o que nós fazemos e pedimos em nome desta região, é de que o Governo, imbuído desta boa vontade, dê a nós, à região dos campos gerais aquela presença, através da construção de novos prédios escolares.

E queríamos estender ainda mais este nosso pedido.

Recentemente, nesta Casa, vimos o Deputado Nilso Sguarezi fazer um pedido de informações à diretoria da loteria esportiva deste País, sabendo da aplicação concernente às verbas daquela loteria.

Fizemos também, nesta Casa, um pedido a esta direção da loteria esportiva para que destinasse uma verba à nossa Ponta Grossa, para a construção de um ginásio de esportes à altura do esporte amador da Princeza dos Campos.

Basta rememorar ao Paraná, que foi a minha cidade, e mais particularmente a Faculdade de Filosofia da hoje Universidade Estadual de Ponta Grossa, a pioneira na reorganização dos jogos estudantis da Primavera, de onde partiu o exemplo a ser copiado para os Jogos Abertos do Paraná, conclave máximo do esporte amadorista que se realiza em todos os quadrantes do Paraná e nas suas micro-regiões.

Quando falamos na loteria esportiva, não estamos condenando o Ministro Ney Braga que tem sua terra natal na cidade da Lapa e que para lá destinou quase um bilhão de cruzeiros velhos para a construção de diversos ginásios esportivos.

Mas queremos que esta sua identificação com sua cidade materna, seja estendida para todo seu Estado que deu muito ao Sr. Ney Braga, inclusive o cargo mais alto deste Paraná, que é o de Governador.

Que fosse recíproca a sua atuação, não somente à Lapa, mas a todos os quadrantes do Paraná. Que, como paranaense, desse o exemplo maior, como foi dado pelos gaúchos que por lá passaram, pelos Ministros que lá estão e pelos Presidentes da República que até hoje ocupam aquele cargo e que deram ao Rio Grande do Sul milhares e milhares de quilômetros de estradas asfaltadas, que deram o reconhecimento do Governo Federal a nove Universidades, com amparo total do Ministério da Educação.

Que desse o Ministro Ney Braga o exemplo de que realmente se identifica, de que realmente gosta do Paraná, que desse ele a nós, paranaenses, às nossas famílias, à futura geração, a federalização das três universidades, que não seria senão copiar o exemplo de outros ministros e do próprio Presidente da

ocorrido no Brasil e que tem ligação com o mesmo. Com isto perde-se o tempo do professor que deixa de ministrar a aula para a qual havia se preparado, dos alunos que já sabiam do fato histórico porque tiveram oportunidade de estudar e aqueles que lá estavam ficam a se queixar porque lá foram não para aprender história, e sim para apresentar a técnica da medicina.

Esta situação não pode continuar da maneira como está posta.

Isto ocorre não só no Paraná, mas no território nacional. É preciso urgentemente que o Ministério de Educação e Cultura atenda aos insistentes apelos oriundos de todos os Estados no sentido de reformular a reforma para encontrar uma solução que faça com que o Curso Universitário no País corresponda à realidade da Nação, neste setor.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Eu agradeço a sua participação que veio colaborar com o nosso pronunciamento.

V. Exa. é conhecedor do assunto e nos traz ao conhecimento que além da reforma dos primeiro e segundo graus, existe outra falência.

O ilustre Deputado Accioly Neto, como Professor que é, traz o seu testemunho de que o Ministério de Educação deste País entrega, creio eu, às mãos habilitadas, mas que há necessidade de um maior entrosamento para a vida universitária.

Não somente no sentido técnico de uma reforma a implantar, mas num sentido teórico para a implantação desta reforma.

Nesta oportunidade, recordamos a esta Casa a CPI da Educação e por ela passaram os Srs. Diretores das três Universidades Estadual do Paraná.

Cada um à sua maneira, cada um à presença dos membros daquela Comissão deram o seu testemunho, hoje ratificado pelas palavras de Accioly Netto.

Falaram esses Reitores das dificuldades encontradas no corpo docente e no corpo discente de suas Faculdades e principalmente na maneira como poderia ser implantada a reforma universitária em suas instituições.

Falaram aqueles Reitores nas dificuldades financeiras encontradas, mais particularmente na cidade de Maringá onde o próprio Reitor se viu na obrigação de renunciar para não dar um vexame em sua administração.

O Sr. Reitor da cidade de Londrina traduziu a falta de entrosamento existente na administração com respeito a aplicação da reforma universitária.

Em Ponta Grossa, através do Reitor Mongruel testemunhá-vamos, por intermédio de suas palavras, a falta de amparo e principalmente de melhores condições aos menos favorecidos a alçarem a condição de universitários, na Universidade Estadual de Ponta-Grossa.

Fica portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta nossa participação concernente ao Ensino de 1.º, 2º graus e Ensino Universitário deste Paraná, para que tenhamos no dia de amanhã, condições de cobrar de alguém que lá passou e nada deixou, principalmente ao seu Estado que muito deu à sua pessoa, e que nada ou quase nada recebeu em troca, desta mesma pessoa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Jacomet) — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Declino, Sr. Presidente, solicitando minha inscrição para amanhã.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 37/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 62/76 que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Pa-

raná, através da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social e da Secretaria do Interior, com o município de Francisco Beltrão, objetivando construção de prédio destinado ao Centro de Saúde com sede no referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 38/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 64/76, que Aprova Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Salto do Itararé, objetivando execução de repatos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Antonio Delfino Frago, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade.— Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 05/76, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública a Associação Bem Estar Jardim Paranaense, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 11/76, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a Ordem Franciscana Secular - Fraternidade da Igreja do Senhor Bom Jesus, com sede e foro nesta Capital. — Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 15/76, de autoria do Deputado Accioly Neto, que declara de utilidade pública a Sociedade Espírita os Mensageiros da Paz, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 12/76, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública a Congregação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria, com sede no município de Maringá.— Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

Projeto de Lei n.º 12/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública, a "CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DO SANTO NOME DE MARIA DE MARINGÁ", com sede no município de Maringá, Paraná.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1976.

(a) - Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

A Congregação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria de Maringá, com sede no município de Maringá, presta serviços de indiscutível relevância social, destinando-se à manutenção do ensinamento de princípios e fundamentos religiosos, cívicos e sociais.

Proporcionando, ainda, relevantes serviços de utilidade pública, através de um departamento de assistência social, com recursos próprios, ou através da angariação de recursos e valores oriundos de terceiros, quer particulares, quer entidades públicas ou sociais,

Encontrando-se em pleno funcionamento, e atendendo às determinações legais, enquadra-se e justifica plenamente, o presente pedido para que a mesma venha a ser declarada de utilidade pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 12/76.

RESOLUÇÃO Nº 05/76

DATA: 09 de abril de 1976.

SÚMULA: Aprova os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com as Prefeituras Municipais que especifica, objetivando construção de prédios destinados à Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas naquelas comunas.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º – Ficam aprovados os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, e as Prefeituras Municipais de Bela Vista do Paraíso, Corbélia, Guapirama, Iguaçu, Matelândia, Paranacity, Porecatu e Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando a construção de prédios destinados à Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas, nos referidos Municípios.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 09/04/76.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 06/76

DATA: 09 de abril de 1976.

SÚMULA: Aprova o termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Colorado, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º – Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Colorado, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido Município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 09/04/76

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

RESOLUÇÃO Nº 07/76

DATA: 09 de abril de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebradi entre o Governo do Estado do Paraná, a Entidade Binacional ITAIPU e a Universidade Federal do Paraná, visando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano da cidade de Foz do Iguaçu.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Entidade Binacional ITAIPU e a Universidade Federal do Paraná, visando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano da cidade de Foz do Iguaçu.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 09/04/76

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

RESOLUÇÃO Nº 08/76

DATA: 23 de abril de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Santa Fé, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 19 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Santa Fé, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 23/04/76

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

RESOLUÇÃO Nº 09/76

DATA: 23 de abril de 1976.

SÚMULA: Aprova o Convênio celebrado pelo Estado do Paraná através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, com o Município de Colorado, objetivando construção de prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º – Fica aprovado o Convênio celebrado em 26 de novembro de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, com o Município de Colorado, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido Município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 23/04/76.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

RESOLUÇÃO Nº 10/76

DATA: 23 de abril de 1976.

SÚMULA: Aprova o Convênio celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, para execução do Projeto de Engenharia da Rodovia BR-153, trecho Ibaíto - Alto do Amparo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º – Fica aprovado o Convênio celebrado em 03 de abril de 1975, entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, para execução do Projeto de Engenharia

BLUMER BOSQUILIA – Diretor do Departamento de Pessoal
CLOVIS STADLER DE SOUZA – Diretor do Departamento Administrativo.

ALBERTO CARAZZAI NETO – Diretor do Departamento Legislativo.

JOSÉ JOAQUIM – Diretor do Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de maio de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 548/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8228/74,, de 24 de setembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário AMAURY DE OLIVEIRA E SILVA JUNIOR, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, a partir de 24 de setembro de 1974.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 18 de novembro de 1974.

aa) JOÃO MANSUR
Presidente
JORGE SATO
1º Secretário
JOSÉ MUGGIATI FILHO
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 549/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º – O Art. 3º do Decreto Legislativo 456/73, de 07 de junho de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º – A partir de 1974, o funcionário que pretender a contagem em dobro de férias não gozadas, deverá requerer a concessão do benefício nos primeiros cento e vinte (120) dias do ano civil seguinte ao exercício a que se referir o período não usufruído por necessidade imperiosa do serviço, sob pena de prescrever seu direito, nos termos do disposto pelo Art. 265, inciso II, da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970”.

Art. 2º – Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 19 de novembro de 1974

aa) JOÃO MANSUR
Presidente
JORGE SATO
1º Secretário
JOSÉ MUGGIATI FILHO
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 550/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6341/74, de 01 de agosto de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica incluído no Art. 4º do Decreto Legislativo 409/67, de 31 de julho de 1967, o inciso XII, com a seguinte redação:

“XII – Secretário de Comissão”

Art. 2º – Fica incluída no Art. 1º do Decreto Legislativo 410/67, de 31 de julho de 1967, a seguinte Gratificação de Representação:

a) Secretário de Comissão Cr\$ 1.000,00

Art. 3º – A gratificação de Função prevista no Art. 1º do Decreto Legislativo 78/64, aos Secretários de Comissão, passa a ser do Símbolo 1-F.

Parágrafo único – As gratificações a que se referem estes artigos são inerentes ao cargo de Secretário de Comissão.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 19 de novembro de 1974.

aa) JOÃO MANSUR
Presidente
JORGE SATO
1º Secretário
JOSÉ MUGGIATI FILHO
2º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 551/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9784/73, de 03 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

mandar pagar a ANTONIO LUIZ QUIRINO MACHADO, por haver exercido as funções de Motorista no Gabinete da Segunda Secretaria, no período compreendido entre 06 de agosto e 28 de setembro do corrente ano, a gratificação de função correspondente ao símbolo F-5, e gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, por serviços extraordinários.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 19 de novembro de 1974.

aa) JOÃO MANSUR
Presidente
JORGE SATO
1º Secretário
JOSÉ MUGGIATI FILHO
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 552/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7928/74, de 16 de setembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOSEFA KUCEK LEVANDOSKI, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 19 de novembro de 1974.

aa) JOÃO MANSUR
Presidente
JORGE SATO
1º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO
2º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 559/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7590/74, de 05 de setembro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

dispensar das funções de Oficial de Gabinete da 2ª Secretaria, a funcionária NEVINHA PIAZZA CARDOSO, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de setembro de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de novembro de 1974.

aa) JOÃO MANSUR
Presidente
JORGE SATO
1º Secretário
JOSÉ MUGGIATI FILHO
2º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 560/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7590/74, de 05 de setembro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

designar LINDAMIR EDIL CARAN, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 2ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 01 de setembro de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de novembro de 1974.

aa) JOÃO MANSUR
Presidente
JORGE SATO
1º Secretário
JOSÉ MUGGIATI FILHO
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 562/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8351/74, de 27 de setembro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de RENE VASCO GARCIA, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de novembro de 1974

aa) JOÃO MANSUR
Presidente
JORGE SATO
1º Secretário
JOSÉ MUGGIATI FILHO
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 563/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9864/74, de 21 de novembro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

Art. 1º - Alterar o Orçamento Analítico da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pelos Decretos Legislativos números 02/74, 36/74, 260/74 e 395/74, tendo em vista o constante no Decreto do Poder Executivo 6159/74 e às necessidades administrativas, nos elementos e subelementos abaixo discriminados, os quais passarão a ter a seguinte dotação:

VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS

01 - Subsídios	1.140.000
02 - Venc. dos Cargos de Prov. Efetivo	13.011.700
03 - Venc. dos Cargos de Prov. em Comissão	220.000
05 - Função Gratificada	760.000
07 - Gratificação de Representação de Gabinete	1.325.000
08 - Grat. p/Exercício de Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva	5.000
12 - Gratif. p/Exercício de Trabalho Especial c/Risco de Vida e Saúde	30.000
13 - Auxílio para Diferença de Caixa	15.000
14 - Substituições	5.000
17 - Outras Vantagens	745.000
18 - Salário do Pessoal Temporário	35.000

DESPESAS VARIÁVEIS

02 - Gratif. p/Exercício de Serv. Extraordinários	4.766.000
03 - Gratif. p/elaboração ou Execução de Trabalho Técnico ou Científico	520.000
06 - Ajuda de Custo	1.070.000
08 - Outras Vantagens do Pessoal Temporário	12.000

MATERIAL DE CONSUMO

02 - Art. de Expediente, Des., Ens., e Educação	230.000
03 - Material de Limpeza, Conserv e Desinfecção	18.000
05 - Material Utiliz. em Ofic., Acessórios, Peças de Maq., de Viat., de Apar. e de Instal.	180.000
10 - Matérias Primas e Mater. p/Serv. Diversos	13.000
11 - Prod. Quim., Farm., Biolog., Odontol., Artigos Cirurg. e Outros de Uso em Laborat.	25.000
13 - Vestuários, Fardam., Tecidos em Geral, Roupas de Cama, Mesa e Banho, Material de Dormit., de Copa e Cozinha	20.000
17 - Materiais Elétricos, de Ilum., de Rádio e de Elétrico	17.000
18 - Outros Materiais de Consumo	9.000

SERVIÇOS DE TERCEIROS:

02 - Passagens, Transportes de Pessoas e de suas bagagens	2.303.000
07 - Reparos, Adaptações, Recuperação e Conservação de Bens Móveis e Imóveis	180.000
08 - Divulgação de Atos Oficiais, Serviço de Imprensa e Encadernação	50.000
11 - Aluguel e Arrendamento de Imóveis, Foros e Despesas de Condomínio	95.000
13 - Serviço de Alimentação	60.000
16 - Locações Diversas	110.000
20 - Publicação e Propaganda	220.000

ENCARGOS DIVERSOS:

01 - Despesas de Pronto Pagamento	130.000
02 - Prêmios, Condecorações, Diplomas e Medalhas	60.000
03 - Representação, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens	910.000
07 - Seleção, Aperfeiçoamento e Especial. de Pessoal	15.000

EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÃO:

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 22 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs:

39/76

e

40/76.

Levanta-se a Sessão.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA

ATA DA 67.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1976.

QUARTA FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpellini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Domício Scaramella, Ivan Rüppel e Nilso Sguarezzi. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, na forma que dispõe o Regimento Interno e respaldado no Plenário, requerem um voto de profundo pesar pelo passamento do ilustre cidadão Ettore Giovine, progenitor do Deputado Federal Flávio Ettore Giovine, ocorrido recentemente na cidade de Paranavaí.

O postumamente homenageado chegou a idade prepecta distinguindo-se pela sua dedicação à família e ao próximo, formando uma família dentro dos moldes de honestidade, trabalho e devotamento à causa pública.

Os subscritores do presente, requerem outrossim que da deliberação desta Casa seja dada ciência à família enlutada, à Rua Getúlio Vargas, 149, Paranavaí.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1976.

(aa) Waldenício Barbalho, Wilson Fortes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, o regozijo da comunidade de Toledo que foi muitíssimo honrada com a visita de sua Exa, Reverendíssimo Bispo Dom CARMINE ROCCO, Nuncio Apostólico no Brasil, exemplo dignificante, que procurou levar a harmonia da paz espiritual à comunidade de Toledo.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1976.

(a) Egon Püdel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

Usando de suas prerrogativas constitucionais, o Deputado abaixo assinado, requer, após ouvido o Plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Jayme Canet e ao Exmo. Sr. Secretário da Educação e da Cultura, Dr. Francisco Borsari Neto, a fim de que os mesmos, através do exposto, supram com a atenção e administração pública o que passamos a expor:

- A região dos campos gerais, apesar dos esforços da Secretaria da Educação, carece muito da atenção do Governo do Estado, para com o Ensino de 1.^o Grau, pois as cidades de Ipiranga, Ivaí, Cândido de Abreu, Reserva e outras da micro-região, lutam, através de suas administrações locais, com enormes dificuldades quando solicitadas a amparar pedidos de professores e de diretores e diretoras de grupos escolares de seus municípios, pois com quase total falta de assistência do Estado para com o funcionamento ideal do Ensino de 1.^o Grau, são as administrações municipais arcadas com os ônus de diversas atribuições de competência do Estado, apesar de sabermos perfeitamente, se implantada a reforma do Ensino, será a decretação da falência das pequenas comunidades paranaenses e brasileiras.
- A falta de material didático de acomodações de professores, enfim, de amparo aos que necessitam aprender a ler e escrever, é uma constante na região.
- Apesar dos esforços da Inspeção Regional e do Governo do Estado, auxiliado ainda pelas administrações municipais e pela Comunidade, falta uma melhor atenção e presença do Poder Público Estadual na construção de novas escolas e melhor aparelhamento aos grupos já existentes.
- O espaço físico de cada estabelecimento já é ultrapassado em inúmeras vezes, pois escolas com capacidades de 500 alunos tem matriculado mais de 2000 alunos, ficando suas salas de aulas totalmente lotadas sem condições de acomodamento aos alunos.
- Verificando o desejo do Governo e das Secretarias atinentes aos Setores de Educação e Administração, é que incorporando às solicitações já feitas, reconhecendo o que o Governo tem feito, na medida do possível, pedindo a construção equitativa de novos prédios no território paranaense, e cumprimentamos a administração estadual pela nova rede escolar de 1.^o Grau que está sendo inaugurada no Norte, deste e outros quadrantes do Paraná, reivindicamos à região dos campos gerais a presença do Governo na construção de novos prédios escolares e melhor atenção da administração ao setor da educação.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1976.

(a) Luiz Carlos Zuk.

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder anistia da multa, juros e correção monetária, aos funcionários que no desempenho da sua função arrecadadora do Estado tenham processado documentos, que por erro, tenham ou venham ocasionar insuficiência na arrecadação de tributos ou taxas.

Art. 2.º - Os efeitos da presente lei é extensivo aos débitos que já se encontram em fase de execução judicial.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1976.

(a) Lineu Turra.

JUSTIFICATIVA:

É que, especialmente no Interior, onde se tem conhecimento, principalmente nas Exatorias de Rendas, não dispõem os chefes de arrecadação, de elemento humano, de sorte a auxiliá-los em seu trabalho e, muitas vezes, atribulado pelo grande número de contribuintes que em determinadas horas comparecem para recolher os seus tributos, ocorre que, inevitavelmente, são processados documentos com erro de cálculo, por vezes contrário aos interesses da Fazenda. Quando o contribuinte é conhecido, não há dificuldade para que o chefe da repartição gestione e receba a diferença. Porém, em algumas vezes, o contribuinte é de outra região e não há condição de contato com o mesmo.

Nessas condições, fica o chefe da repartição arrecadadora responsável pelo pagamento do que cobra a menor.

Ora, por mais cuidadoso que seja o funcionário, comete enganos involuntários, não sendo justo que, além de ficar obrigado ao principal, ainda seja sujeito a acréscimos, quando nada aproveitou, ficando com isso sacrificado ainda mais, nos seus já minguidos vencimentos.

De outra parte, sendo suas contas apreciadas pelo Tribunal de Contas do Estado, quase sempre essa apreciação é feita após dois ou três anos, quando o erro se torna conhecido e se não fora isso, pelo menos os acréscimos pudessem ser evitados.

Projeto de Lei n.º 54/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública, a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Tomazina", com sede e foro na cidade de Tomazina.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em / /

(a) Gabriel Manoel.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Tomazina, vem prestando inestimáveis serviços à Comunidade, de Tomazina.

O reconhecimento da comunidade de Tomazina, já se efetivou, através da Lei Municipal 29/74, de 09 de dezembro de 1974.

A documentação que anexamos ao presente, comprova estarem preenchidos os requisitos essenciais exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora do Instituto da declaração de utilidade pública.

Assim apresentamos o presente Plano de Lei que espera-

mos contar com o apoio dos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - (Lê) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há pouco tempo assomei à tribuna, para abordar o problema dos encarcerados tuberculosos. Naquela oportunidade, talvez pelo assunto constitui verdadeiro "tabu", fui mal compreendido, sofrendo até investidas injustas e precipitadas. Com a seriedade de sempre, procurei contribuir, tornando pública uma situação real, carente de solução eficaz.

Promessas em tal sentido foram feitas, mas os resultados das demarches encetadas são desconhecidos. Acredito porém, que alguma coisa foi feita, pois quero manifestar um voto de confiança às autoridades administrativas e judiciárias do meu Estado.

A minha preocupação, porém com o encarcerado, não termina no episódio referido. Venho acompanhando, atentamente, o, esforço do Sr. Secretário da Justiça, no sentido de oferecer condições de total recuperação ao preso que cumpre pena ou ao indultado.

Posso afirmar, com conhecimento de causa, que a semmente de tal iniciativa não vem germinando satisfatoriamente, pois dos indultados, no último Natal, mais de duzentos voltaram a praticar delitos, sendo que tal número foi constatado em apenas uma Delegacia Especializada.

Como estudioso do assunto, quero contribuir com subsídios, visando o êxito do esforço desenvolvido pela administração.

Neste propósito, acredito que a falta de documentação constitui elemento preponderante na reincidência criminal. O preso liberado, normalmente, não tem todos os documentos necessários à obtenção de um emprego.

Como condenados após dois anos poderá obter o silêncio no Instituto de Identificação, sem o qual não lhe serão fornecidos novos documentos.

Com menos de quatro anos não consegue a reabilitação judicial. Este entrave precisa ser considerado e contornado.

Há, também, o pormenor da Carteira de Trabalho.

Se o liberado a possui, evidentemente durante o tempo de cumprimento da pena, nenhum emprego exerceu.

Constata-se um lapso considerável de desemprego, o que leva o novo empregador a querer saber o motivo determinante de tal ocorrência.

Cientificado de que o empregado é um ex-encarcerado, não o admitirá.

Sem condições de obter um serviço honesto, o liberado volta a incidir pelas sendas da criminalidade. Foi-lhe negada a oportunidade de ajuda. Sufocaram-lhe as esperanças. Para sobreviver, retroage à prática dos delitos, principalmente contra o patrimônio.

Algo precisa ser feito no sentido de conscientização da classe empregadora. O liberado não deve ficar marcado com o estigma do seu passado. Sei do empenho do Sr. Secretário da Justiça em conseguir que entidades encaminhem os liberados para uma ocupação honesta.

Diante do que já disse, entidades terão possibilidades de colocar uma minoria. E os outros? Abandonados, sem condições mínimas, tenderão a delinquir.

O problema é complexo, mas, com esforço a conscientização poderá apresentar resultados alentadores.

O aparente fracasso inicial deve ser recebido como estímulo para a correção dos entraves naturais, entre os

República que se identificam com seu Estado e origem, destinando grandes benefícios federais ao Estado vizinho e co-irmão, Rio Grande do Sul.

Além de pedir a presença no setor da educação do Estado do Paraná, do Sr. Ney Braga, queríamos que também se fizessem presentes outros paranaenses em ascensão a altos cargos nesta Federação.— (Assume a Presidência o Sr. Deputado

Leopoldo Jacomel). Sr. Presidente, queremos também dizer que a nossa presença foi referenciada pelo Deputado Jurandir Messias, que honra a sua representação eleitoral na cidade de Cândido de Abreu, onde cumprimentava S. Exa. o Governador do Estado e ao Sr. Prefeito daquela comunidade pelo convênio assinado para implantação do sistema de tele-comunicações, telefone direto daquelas comunas Ivaí, Imituva, Ipiranga e Cândido de Abreu, numa demonstração inequívoca de que nesta Casa, além de reinar a boa vizinhança, reina o respeito que dedicamos a nossos leais companheiros adversários políticos, mas irmãos na representação pública aqui nesta Casa. E de público queremos externar, além daquilo que já foi feito pelo Sr. Deputado Jurandir Messias, em nosso nome, o Sr. Governador do Estado, que, atendendo não aos reclamos deste Deputado, nem dos Deputados David Federmann e Jurandir Messias, mas, especialmente à comunidade de campos gerais, procurar acabar com o sacrifício daqueles cidadãos que se deslocavam mais de 100, 150 km, para poderem se comunicar com o resto do Paraná, com o resto do Brasil.

O Sr. Jurandir Messias.— V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Zuk, estou acompanhando com muita atenção o pronunciamento de V. Exa., principalmente quando fez menção aos municípios que tenho a honra e satisfação de representar nesta Casa.

Quero, Deputado Zuk, externar, em nome dos municípios de Ivaí, de Cândido de Abreu e de Ipiranga, os agradecimentos pela colaboração que V. Exa. vem prestando àquela gente tão sofrida.

V. Exa., nobre Deputado, tem sido, nessa tribuna, um ardoroso defensor, um autêntico líder, da região de campos gerais.

E não poderia, nesta oportunidade, deixar de agradecer, penhoradamente, tudo aquilo que V. Exa. tem feito em favor daquela gente, daquelas populações, V. Exa. que tem sido, nesta Casa, um dos Deputados mais atuantes e brilhantes.

V. Exa. tem procurado sempre trazer sugestões ao Governo do Estado do Paraná. E, muitas vezes, por intermédio de V. Exa., o Governo tem tido conhecimento de muitos problemas do Estado.

Por esse ideal, pelo seu denodo, nossa bancada tanto o admira, nobre Deputado.

Receba, nobre Deputado, publicamente, os nossos agradecimentos, os agradecimentos da região de campos gerais.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Somos nós quem agradecemos, nobre Deputado Jurandir Messias, pois conhecemos a dignidade política que o caracteriza, principalmente porque temos a honra de representar a mesma região, e juntos disputamos os votos populares nas eleições que se passaram. V. Exa. nobre Deputado, sempre se mostrou sensível às necessidades do povo daquela região.

Nobre Deputado, sentimo-nos orgulhosos por partilharmos com V. Exa. e com o nobre Deputado David Federmann, da representação política da região de campos gerais. V. Exas. sempre se identificaram com os domicílios eleitorais, com as suas comunidades, com a população.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos, ao finalizar nossa presença nesta tarde, que ficasse a este Plenário, que ficasse a este Paraná, principalmente ao Sr. Governador, homem

de confiança do Governo Federal, de que as atenções devidas pelo Sr. Ministro da Educação à sua terra natal, são por nós do MDB até aplaudidas, mas queremos também que S. Exa., não esqueça o restante do território paranaense, de que todos se identificam, que o Paraná deu a ele a participação condigna, quando disputava cargo preferencial em eleições livres neste Paraná, e que teve uma votação elevada para o cargo de Governador do Estado.

Queremos também que S. Exa. dê sua participação, mesmo indireta, à loteria esportiva, que é subordinada ao Ministério de Educação e que dê sua participação direta a outras comunidades do Paraná, a nossa região de Ponta Grossa.

Queremos ao finalizar. ...

O Sr. Accioly Neto — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Agradeço a oportunidade que V. Exa. me concede de participar neste seu pronunciamento.

Mas, desejava apenas, eminente Deputado Zuk, como V. Exa, se refere ao Ministério da Educação e Cultura, dizer-lhe que, se no âmbito estadual esse setor vem sendo atendido com proficiência pelo Governo do Estado e pelo próprio Ministro, da Educação, de outro tanto, no âmbito universitário, mais especificamente aquele ligado ao Ministério da Educação, o que se observa, hoje, é um verdadeiro caos. A reforma universitária que se processou ao tempo em que era Ministro o senador Jarbas Passarinho, ao invés de criar melhores condições para o ensino universitário, logrou ao contrário, isto é, fazer com que o ensino universitário que estava estruturado em termos arcaicos, passasse rapidamente a uma outra situação, para a qual não estava devidamente preparado do ponto de vista cultural. E, com isso, o que se está verificando hoje, principalmente na Universidade Federal do Paraná, é que a reforma universitária acabou apenas por desgostar ao corpo docente e discente.

Aos professores, porque essa reforma, ao invés de lhes criar condições para que pudessem chegar à sala de aula convenientemente preparado, a reforma fez com que lhes atribuissem outros encargos, especialmente burocráticos, de forma que ele fica às vezes numa dúvida, se deve dar prioridade à função burocrática cometida pelo excessivo número de departamentos e órgãos universitários ou deve preocupar-se mais com as aulas que vai proferir na sala de aula.

De outro lado, em relação aos alunos, se evidencia a cada ano e em cada vestibular, que o sistema utilizado ainda hoje para o ingresso de estudantes nas diversas faculdades que compõem a Universidade Federal, não atende aos requisitos mínimos que se pudesse exigir do estudante para que ingressasse num curso universitário.

Esse sistema de realização de vestibular através de computação eletrônica, faz com que possa entrar na Faculdade, ao lado do mais preparado, um completamente despreparado. Então, está ocorrendo, hoje, nas salas de aula, um desnível tal, que ao professor torna-se quase que impossível ministrar uma aula, porque se para alguns haverá possibilidade de alcançar a explicação que está sendo dada, para outros aquela explicação é assunto completamente desconhecido.

Isso se refere ao fato de que há exigências em torno de determinadas matérias que são consideradas básicas e outras não o são, fazem com que o acadêmico despreze, principalmente, duas matérias essenciais a qualquer curso universitário, o Português e a História de seu próprio País.

Difícil se vê um universitário escrever corretamente; dificilmente se encontra um universitário que conheça a sua própria história.

Então, não é difícil ocorrer que, em meio a uma aula de uma cadeira qualquer, vamos dizer, do curso de medicina, ao se referir a um fato o professor se veja na contingência de suspender a aula técnica para explicar o processo histórico

O presente Projeto de Lei 12/76, de autoria do nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, visa declarar de utilidade pública a "Congregação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria", de Maringá.

Da análise da documentação que acompanha o processo e da justificativa apresentada pelo seu autor, temos que a entidade se encontra dentro dos requisitos exigidos pela Legislação Estadual e Federal, reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Isto exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de ... Srs. Deputados.

A Mesa comunica aos Srs. Líderes da ARENA e do MDB:

Vencido o prazo para apresentação de emendas -a proposta da Reforma Constitucional, como complementos a Proposições números 179/76 e 180/76, a Mesa solicita dos Srs. Líderes a indicação dos representantes das bancadas, na Comissão Especial que opinará sobre as propostas; tratando-se de Comissão composta de 5 membros, à ARENA caberá 3 lugares, e ao MDB 2.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente. — Necessita de apoioamento. —

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Só para registrar, Sr. Presidente, que a iniciativa do eminente Deputado Lineu Turra, não receberá o meu apoioamento pessoal.

Era este o registro que eu desejava fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Leopoldo Jacomel Os Srs. Deputados que o apoiarem, permaneçam como estão. **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

A Mesa registra o voto do nobre líder da ARENA, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente. Necessita de apoioamento. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Waldenício Barbalho e Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ettore Giovine, ocorrido em Paranavai. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja consignado em Ata dos trabalhos de hoje, o regozijo da comunidade de Toledo, que foi muitíssimo honrada com a visita do Reverendíssimo Bispo Dom Carmine Rocco, Nuncio Apostólico do Brasil. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, no sentido de ser ampliada a rede de abastecimento de água da cidade, objetivando dar atendimento a centenas de pedidos de ligações. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel

Sampaio, constante do expediente, solicitando seja enviado telex ao Sr. Presidente da Confederação Brasileira de Basquetebol, encarecendo ao mesmo a viabilidade de vir a ser efetivada a realização do Torneio Internacional de Basquetebol, reunindo diversas delegações estrangeiras, a ser levado a efeito em Curitiba, como parte da comemoração do Jubileu de Prata da Federação Paranaense de Basquetebol. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de que determine seja efetuada uma "operação concentrada", em Santa Felicidade, devendo esta operação atingir todas as ruas. — **Em discussão.**

O SR. ENÉAS FARIA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Educação e Cultura, a fim de que supram com melhor atenção e presença do Poder Público Estadual, no setor de ensino na região dos Campos Gerais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que na sua próxima visita a São João do Triunfo, o faça através da estrada Palmeira — São João do Triunfo. — **Em discussão.**

O SR. IVO THOMAZONI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Deni Schwartz, Waldenício Barbalho e Trajano Bastos, como membros efetivos e Adalberto Daros, Lúcio Machado e Luiz Carlos Zuk, como suplentes, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito, para verificar verbas de Divulgação e Publicidade do Governo. — **Ao Departamento Legislativo, — Divisão das Comissões, para anotar.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 15/76

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 12/76

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 41/76 e de Lei 13/76.

marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 14, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução 24/76, 25/76, 26/76, 27/76, 28/76, 29/76, 30/76, 31/76, 32/76 e de Lei números 190/75, 01/76, 03/76, 22/76 e 31/76.

Levanta-se a Sessão.

ria da Rodovia BR-153, trecho Ibaiti - Alto do Amparo.
 Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
 Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 23/04/76.
 a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

RESOLUÇÃO Nº 11/76

DATA: 23 de abril de 1976.
 SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Rolândia, objetivando execução de melhorias no prédio do Grupo Escolar do Distrito de São Martinho, daquele Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 18 de novembro de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Rolândia, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar do Distrito de São Martinho, do referido Município.
 Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
 Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 23/04/76
 a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 247/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3471, de 04 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar MARISE CONCEIÇÃO PINTO, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, no período compreendido entre 01 de abril a 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de maio de 1976.
 a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 248/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3667, de 07 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 01/76, ao funcionário ALCEU WALTER NIEDZWIEDZ, matrícula 508, ocupante do cargo de nível PL “20”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de maio de 1976.
 a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 249/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de

suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3678, de 07 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, MARIA FERRER DA ROSA CUNHA, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, no período compreendido entre 01 de maio a 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de maio de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 250/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3455, de 04 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, YEDA BARBOSA ALVES DE MENDONÇA, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, no período compreendido entre 01 de abril a 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de maio de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 251/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3846, de 11 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

revogar, a Portaria 135/76, de 10 de março de 1976, que designou RONALDO WILFREDO BORCHARDT, para prestar serviços no Serviço de Segurança, a partir de 30 de abril de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de maio de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 245/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

designar OLGA MARIA ROCHA ATHAYDE, matrícula 295, ocupante do cargo de nível PL “20”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de maio de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 246/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista a deliberação da Comissão Executiva, em 29 de abril de 1975.

RESOLVE:

incluir, na Portaria 220/76, de 03 de maio de 1976, os seguintes funcionários, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, abaixo relacionados:

RUBENS PADILHA MENDES – Diretor do Gabinete de Assistência Técnica.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 553/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7460/74, de 04 de setembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de IZOLLA GLISTAU BARRICHELLO, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de novembro de 1974
aa)

JOÃO MANSUR
Presidente
JORGE SATO
1º Secretário
JOSÉ MUGGIATI FILHO
2º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 554/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7931/74, de 16 de setembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de FAUSTO LUIZ ABRY, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de novembro de 1974
aa)

JOÃO MANSUR
Presidente
JORGE SATO
1º Secretário
JOSÉ MUGGIATI FILHO
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 555/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7932/74, de 16 de setembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de FRANCISCO TABORDA RIBEIRO, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de novembro de 1974
aa)

JOÃO MANSUR
Presidente
JORGE SATO
1º Secretário
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 556/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4874/74, de 12 de junho de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de CELSO APPARECIDO DE CASTRO, ocupante do cargo de nível PL "26", de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de novembro de 1974
aa)

JOÃO MANSUR
Presidente
JORGE SATO
1º Secretário
JOSÉ MUGGIATI FILHO
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 557/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7458/74, de 04 de setembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOANA MACIEL FARIAS, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de novembro de 1974
aa)

JOÃO MANSUR
Presidente
JORGE SATO
1º Secretário
JOSÉ MUGGIATI FILHO
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 558/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 736/74, de 06 de fevereiro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ALCEU ALVES PASSOS, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de oito (08) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1970, 1971, 1972 e 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de novembro de 1974
aa)

JOÃO MANSUR – Presidente
JORGE SATO – 1º Secretário
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2º Secretário

01 - Máquinas, Motores e Aparelhos	585.000
04 - Automóveis, Autocaminhões e Outros Veículos de Tração Mecânica	255.000
07 - Diversos Equipamentos e Instalações.	5.000

Art. 2º - Passam a incorporar a dotação da ADMINISTRAÇÃO de acordo com o DL 03/74, as suplementações feitas no elemento 3.1.3.0. - Serviços de Terceiros, Subelementos:

a) 3.1.3.0.02 - Passagens, Transportes de Pessoas e de suas bagagens, no valor de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros);

b) 3.1.3.0.13 - Serviços de Alimentação, no valor de Cr\$... 10.000,00 (dez mil cruzeiros); e,

c) 3.1.3.0.20 - Publicação e Propaganda, no valor de Cr\$... 20.000,00 (vinte mil cruzeiros),

Art. 3º - A suplementação feita no elemento 3.1.4.0 - Encargos Diversos, Subelemento 3.1.4.0.03 - Representação, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens, no valor de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) passa incorporar a dotação da ADMINISTRAÇÃO, dotado pelo Dec. Leg. 03/74.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de novembro de 1974.

aa) JOÃO MANSUR
Presidente
JORGE SATO
1º Secretário
JOSÉ MUGGIATI FILHO
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 564/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4457/74, de 30 de maio de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

designar LUIZ FRANCISCO FONTOURA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Secção de Plenário, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 01 de junho de 1974. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de dezembro de 1974

aa) JOÃO MANSUR
Presidente
JORGE SATO
1º Secretário
JOSÉ MUGGIATI FILHO
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 565/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9436/74, de 05 de novembro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco (05) por cento de seus vencimentos, perfazendo um total de vinte e cinco (25) por cento, a partir de 01 de outubro de 1974, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto no Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de dezembro de 1974.

aa) JOÃO MANSUR
Presidente
JORGE SATO
1º Secretário
JOSÉ MUGGIATI FILHO
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 566/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

fica alterado o Orçamento Analítico da Assembléia Legislativa, aprovado pelos Decretos Legislativos números 02/74, 36/74, 260/74 e 563/74, tendo em vista o constante na alteração número 616, de 27 de novembro de 1974, da Diretoria Central do Orçamento e às necessidades administrativas, nos elementos e subelementos abaixo discriminados, os quais passarão a ter a seguinte dotação:

MATERIAL DE CONSUMO - 3.1.2.0

04 - Combustíveis e Lubrificantes	363.000
10 - Matérias Primas e Materiais	
Para Serviços Diversos	40.000
RESERVA TÉCNICA	200.000

SERVIÇOS DE TERCEIROS - 3.1.3.0

04 - Iluminação e Força Motriz	127.000
08 - Divulgação de Atos Oficiais, Serv de Imprensa e Encadernação.	48.000

EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES - 4.1.3.0.

01 - Máquinas, Motores e Aparelhos	630.000
04 - Automóveis, Autocaminhões e outros Veículos de Tração Mecânica.	210.000

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de dezembro de 1974.

aa) JOÃO MANSUR
Presidente
JORGE SATO
1º Secretário
JOSÉ MUGGIATI FILHO
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 567/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9983/74, de 26 de novembro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário AYRTON LUIZ BAPTISTA, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, a partir de 01 de setembro de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de dezembro de 1974

aa) JOÃO MANSUR
Presidente
JORGE SATO
1º Secretário
JOSÉ MUGGIATI FILHO
2º Secretário